

# Editorial

Durante demasiado tempo fomos persuadidos pela *ideologia do dom*. Desta maneira simplista, tentava-se justificar o sucesso de uns e o insucesso de outros. O futuro estava marcado por um mecanismo cego apriorístico. Face à força incontornável das leis da natureza, cada um dos homens tinha que se conformar com a sorte ou azar determinado pela lotaria da sua (in)aptidão natural. O fracasso era explicado pela inaptidão natural, condição inevitável dos estigmatizados como inferiores. É sobejamente conhecido até onde nos levou o darwinismo social. O mais grave é que nos tentaram impingir este *slogan* como uma asserção cientificamente fundamentada. A derivação do darwinismo expressa-se hoje na sociobiologia. Para os defensores desta corrente, o talento, a mediocridade, o egoísmo, o altruísmo... explica-se pela soberania dos genes. Tudo está pré-determinado, tudo é inato, tudo depende da hereditariedade. Nesta lógica, a diferença entre as pessoas não depende da educação. Mais, educação pode muito pouco, pois não existe possibilidade de aperfeiçoamento do homem. Esta extrapolação da biologia para a teoria social revelou-se muito perigosa. O imperialismo, o racismo, o nacionalismo, o sexismo... beberam aqui o seu poder tóxico explicativo, colocando-nos em situação de guerra de todos contra todos e reservando para os mais fortes o lugar no pódio. Desta forma, o determinismo biológico serviu para justificar as diferenças entre as pessoas, entre os povos e as nações, a partir de uma leitura da natureza humana. Mas, isto não é senão uma falácia. Não existe nenhuma natureza humana. Não existe uma essência de ser homem. Como refere Sartre (2001), originalmente o homem é nada. E esta é a questão: o homem não nasce feito, mas a fazer. Contrariamente aos animais que já nascem aprendidos, nós podemos escolher. Movimentamo-nos não numa ética evolucionista, mas na ética da

liberdade. É aqui que se joga a luta da vontade em querer ser, não o que já se é, como o animal, mas no que se quer ser, o que implica não um seguir obedientemente a naturalidade inicial, mas, pelo contrário, uma certa luta contra as “inclinações” da naturalidade (alguns dirão animalidade). Ora, como nos diz Sacarrão (1984, p.131), “o comportamento social e a cultura são tanto o produto dos genes, como uma pintura é o produto das tintas. Ninguém nega as tintas, mas também ninguém pode explicar a obra de arte por elas.”

É no campo da liberdade e das possibilidades que a educação se movimenta. É no ser de projeto ou transcendência que reside o poder mágico e criativo da educação de poder fazer de nós o que somos. Por isso Kant (1996, p.11) defende que o homem é a única criatura que precisa de ser educada. E mais, “O homem não pode tornar-se um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz” (Kant, 1996, p. 15). É na educação que reside a potência de existir. O que nós precisamos é de construir um cérebro ético, o que constitui o primeiro passo de uma revolução política (Onfray, 2009, p.101). Não estamos no reino da fatalidade, nem no domínio da etologia. Estamos no domínio da humanidade e isso só se consegue com a educação.

Dito isto, quisemos, na RLE 54, dedicar um Dossiê à problemática da educação da África Subsariana, que teve como editora convidada a professora Arlinda Cabral, docente na Universidade Lusófona e responsável Técnica pela Cooperação em Educação no Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e como editora convidada internacional, Bendita Donaciano, da Universidade Pedagógica de Moçambique.

Quisemos com este dossiê dar voz, discutir os paradoxos e desafios que se colocam aos que durante tanto tempo foram subalternizados, remetidos para a privação, em larga escala, da educação a que a sua suposta condição os tinha reservado. Por isso, importa discutir quais os problemas que se colocam à educação africana subsariana e perspetivar o contributo que a educação pode dar para o seu desenvolvimento.

Este número da Revista abre com o artigo de Carolina Lúgaro, Maria Helena Araújo e Sá e Ana Isabel Silva, tendo por título a *Intercompreensão em línguas para surdos: uma proposta para o desenvolvimento das multiliteracias*. No artigo, as autoras referem que os desafios contemporâneos exigem uma educação que proporcione instrumentos para o exercício da cidadania ativa nas várias esferas de atuação dos indivíduos. Partindo da necessidade de novas práticas de literacia e visando incluir as pessoas surdas no mundo plural e multimodal, as autoras desenvolvem um estudo sobre os efeitos de um Programa de Intercompreensão em Línguas (PIL) no incremento das multiliteracias deste público, com vista à sua emancipação e exercício de cidadania. O estudo que desenvolvem insere-se numa perspetiva de educação para todos, assente na valorização e diálogo com a diversidade, no espírito crítico e na mobilização dos saberes e experiências pessoais. No artigo, as autoras descrevem o processo de

conceção do PIL, o referencial teórico que o enquadra, o seu processo de validação e a estrutura.

O segundo artigo é da autoria de Maria João Cardoso de Carvalho, denominado *A Colonização da Escola pela Racionalidade Instrumental*. O artigo é de natureza reflexiva e parte do pressuposto de que a organização escolar não foi capaz de ficar imune à hegemonia da racionalidade instrumental, a que igualmente se faz sentir em outras áreas da atividade humana. Neste estudo, a autora visou revelar a sua reconfiguração e ressemantização enquanto mecanismos que a legitimam e naturalizam, intensificando a burocracia, da qual é expressão. Nesse sentido, é sublinhada a centralidade das plataformas informáticas enquanto mecanismo de controlo, ao mesmo tempo que se intensifica a hierarquização no domínio da tomada de decisão, validando a ideia de que os atores educativos são instrumentalizados ao converterem-se em meios de perseguir os objetivos organizacionais. A autora constata uma perspetiva mercantil incluída no conceito de qualidade, que se mede em termos de resultados, e da competição que adquire estatuto de educação pedagógica ao serviço do aumento da eficiência. A par dos aspetos referidos considera ainda a questão do diretor escolar, por reconhecer a sua aproximação à figura do gestor tecnocrata, e os Agrupamentos de escolas como resposta a uma lógica administrativa e racionalizadora. A autora, na sua reflexão, faz alusão a Freire, Dewey e Illich pela recusa de uma educação que, em vez de emancipar, domestica e instrumentaliza.

No terceiro artigo, intitulado *Impactos do ensino remoto no ensino superior privado em Portugal: competências socioemocionais e digitais*, Filipe Luz, Maria Fonseca e Dulce Franco apresentam um estudo exploratório com o objetivo de captar e comparar as perceções de estudantes do ensino superior privado (universitário e politécnico) sobre o ensino remoto nas aprendizagens e analisar o impacto desta modalidade de ensino nas competências socioemocionais e digitais. Os resultados desta investigação, de carácter exploratório, mostram que as medidas de confinamento impostas afetaram a forma de estar, de aprender e de ensinar. E que os estudantes inquiridos defendem uma aposta inequívoca no ensino híbrido, apresentando uma similaridade em termos de competências socioemocionais mas divergente no respeitante a competências digitais. Os autores concluem que a utilização das tecnologias, exploradas nas aulas virtuais, representam uma grande possibilidade de dinamização do ensino pós-pandemia, e que as competências digitais são estrategicamente importantes no contexto das transições ecológica e digital.

Na secção *Ensaio*, João Resende-Santos intitula o seu trabalho por *Education for development in Africa: rethinking higher education in Cabo Verde*. Neste seu ensaio o autor refere-nos que a África Subsaariana continua a ficar atrás do resto do mundo em quase todas as categorias e indicadores de desenvolvimento humano e progresso económico. As razões são muitas. Os desafios são complexos e assustadores em

escala, exigindo soluções e intervenções em múltiplas frentes. Um grande déficit na trajetória pós-colonial do continente tem sido o capital humano, especialmente no componente da educação formal e da formação de habilidades. Evidências históricas e comparativas mostram que nenhuma sociedade moderna hoje foi capaz de alcançar níveis sustentados de crescimento e melhores padrões de vida sem a necessária doação de capital humano. A transformação da África e as perspectivas na era da globalização – quando o crescimento e a mudança tecnológica são mais intensivos em conhecimento do que nunca – devem necessariamente envolver uma revolução no seu capital humano. O texto baseia-se em descobertas na literatura mais ampla, bem como em experiências pessoais e como profissional em sistemas de ensino superior na África e nos Estados Unidos, incluindo o breve envolvimento do autor na Universidade pública de Cabo Verde. O artigo oferece uma reflexão pessoal, e não um diagnóstico científico, sobre o papel da educação no desenvolvimento socioeconómico na África Subsaariana.

Na secção *Recensão*, Gilmar Vieira Martins analisa a obra *Identidades*, de Manuel Tavares e Oliveira Gomes. Gilmar começa a sua recensão referindo que a nossa vida é sempre o resultado de um conjunto de fatores que nos tornou no que somos hoje. Neste sentido, falar de identidades é colocar em evidência os diversos fatores contributivos processados ao longo do percurso de construção das identidades. Ora, isto serve para dizer que, com as instituições, o processo não é diferente, sobretudo para instituições de ensino, como é o caso de escolas e Universidades. Precisamos considerar que as identidades das instituições também são criadas por pessoas que as compõem. Gilmar sublinha que não as podemos reduzir a um rol de apontamentos produzidos dentro de uma norma. E acrescenta que é justamente nesse contexto que a obra nos convida a pensar e a desmistificar o processo de nascimento/criação das Identidades.

Anabela Freitas Martins apresenta uma recensão sobre a obra *Relembrar e homenagear António de Sena Faria de Vasconcelos (1880-1939), insigne pedagogo albacense*, organizada por Ernesto Candeias. A autora considera que, embora os géneros literários sejam de natureza escorregadia, o que torna tarefa ingrata qualquer tentativa de classificação, a obra em questão é especialmente difícil de designar. Isto porque, considera não estar longe da verdade ao considerá-la um conjunto de dissertações biográficas parcelares em torno de uma personalidade. Aqui são-nos fornecidas as informações que qualquer biografia apresenta para conhecermos o biografado. Mas, diz Anabela Freitas, a obra de Ernesto Candeias vai mais além. E é esse o desafio que a autora faz ao leitores. Faria de Vasconcelos foi figura de proa na História das ideias pedagógicas em Portugal, mas também um grande impulsionador do movimento da Escola Nova. Uma obra importante para todos aqueles que se interessam pela educação.

No cumprimento de uma das rubricas da política editorial da Revista Lusófona da Educação, divulgam-se, neste número, alguns resumos de Teses de Doutoramento em Educação que versam temáticas de África, defendidas no Instituto de Educação da Universidade Lusófona.

### Referências:

Sacarrão, G. (1984). *A biologia do egoísmo*. Publicações Europa-América.

Sartre, J.(2001). *O ser e o nada*. Editora Vozes.

Kant, I. ([1803]1996). *Sobre pedagogia*. UNIMEP.

Onfray, M. (2009). *A potência de existir*. Campo da Educação.

**António Teodoro**

Diretor Científico do CeIED

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7819-0498>

**José V. Brás**

Investigador integrado do CeIED

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0374-748X>

**Maria Neves Gonçalves**

Investigadora integrada do CeIED

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2531-4618>